

EXECUTIVO

ESTADO CRIA COMISSÃO PARA SIMPLIFICAR A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

O Governo de Minas Gerais instituiu, por meio de decreto, comissão permanente para revisar e simplificar a legislação tributária do Estado. Criada no âmbito das secretarias de Casa Civil, Fazenda e Planejamento e Gestão, o grupo será presidido, no biênio 2015-2016, pela professora de Direito Financeiro e Tributário da UFMG, Misabel Derzi. Contará ainda com a participação de juristas de notório saber, representantes da Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Ministério Público, OAB e outras entidades.

DIÁLOGO - A Comissão seguirá o exemplo de sucesso alcançado na Prefeitura de Belo Horizonte, na gestão de Fernando Pimentel, quando foi realizado trabalho semelhante. Entre os objetivos a atingir estão a melhoria na distribuição tributária, transparência e praticidade na administração dos tributos. A iniciativa busca também a transformação da política de arrecadação, harmonização fiscal e consolidação de ambiente contínuo de diálogo sobre os tributos estaduais. **(Página 3)**



Medida, que foi bem sucedida em Belo Horizonte, abrangerá os diversos setores da economia mineira

LEGISLATIVO

DEPUTADOS VISITAM NO CAMPUS DA UFMG O PRIMEIRO REATOR NUCLEAR INSTALADO NO PAÍS

Deputados da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia visitaram o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), instalado no campus Pampulha da UFMG. No local funciona, desde 1960, o primeiro reator nuclear brasileiro, considerado o maior investimento em ciência e tecnologia já realizado no País. A direção do órgão pediu aos parlamentares apoio para obter mais verbas e pessoal técnico. **(Página 2)**

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL MOBILIZA JUÍZES E MARCA QUASE MIL AUDIÊNCIAS PARA PROTEÇÃO À MULHER

Mobilizar 25 juízes da Capital para realizar cerca de 950 audiências já agendadas; colocar em funcionamento sistema para aparelhos celulares, possibilitando rápido atendimento policial e firmar convênios para atendimento por universidades. Essas são algumas das medidas adotadas pelo Tribunal de Justiça para proteger mulheres vítimas de violência doméstica. Minas tem 88 mil processos nessa área. **(Página 4)**